

OS MUSEUS BRASILEIROS E A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL

Myriam S. Santos

Resumo. Este artigo investiga a construção de mitos de origem presentes nos museus brasileiros, especialmente no Museu Nacional, e sua relação com imaginários coletivos que se constituem sobre o Brasil durante o Império. São analisados os museus brasileiros do século dezenove, sua relação com os museus europeus da mesma época, bem como elementos inerentes à sociedade brasileira. Procura-se mostrar, primeiro, a formação de narrativas em que tradições clássicas se entrelaçam com uma visão romântica da natureza local; segundo, a ênfase na natureza como fonte de conhecimento científico e, finalmente, um descaso por tradições passadas e valorização de narrativas orientadas para realizações futuras. A manutenção da desvalorização do passado contribui para a dificuldade de legitimação dos museus que se voltam para a preservação de tradições culturais.

Palavras-chave: museus, memória coletiva, imaginário nacional, Império, República, Positivismo, política cultural.

I. Introdução

Uma série de estudos tem mostrado como os grandes museus europeus que se consolidam a partir do final do século dezoito estão associados

Myriam S. Santos é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

à construção de imaginários coletivos representativos dos Estados Nacionais (Bennett, 1995; Duncan, 1997; Poulot, 1997; Boswell, 1999). Sejam eles museus de arte, ciência ou história, neles observamos discursos historicistas, científicos e universalizantes que associam os objetos que têm sob sua guarda a um imaginário nacional, que é partilhado e reconhecido pelos diversos membros da nação. Os grandes museus europeus, portanto, juntamente com monumentos, cerimoniais e atividades do gênero, têm sido compreendidos enquanto instituições oficiais que permitem a construção de um sentimento de solidariedade entre os membros de uma nação. Podemos dizer, ainda, que os museus contribuem de forma mais específica para a consolidação de uma unidade construída entre passado e presente no imaginário coletivo da nação. O objetivo deste artigo é exatamente investigar os mitos de origem, isto é, construções sobre o passado ou ainda sobre um passado fundador da nação, que estão presentes nos museus brasileiros, bem como a correlação destes com as demais memórias, formas de preservação das coletivas que se constituem sobre a nação brasileira.

Observamos atualmente um interesse crescente sobre o tema da construção da identidade nacional ou de memórias coletivas nacionais e algumas discussões teóricas importantes. Não é objetivo deste artigo aprofundar uma discussão teórica. Ainda assim, são importantes alguns esclarecimentos no que tange à natureza destas construções. A primeira questão a ser ressaltada é a de que construções simbólicas não devem ser consideradas invenções ou imposições de sentido de um grupo sobre outros, mas sim como resultado de processos históricos particulares. São muitas as abordagens que procuram perceber a construção de identidades nacionais a partir do conceito de nacionalismo, em que são considerados fatores sociais e culturais presentes nestas construções. Autores como Gellner (1983) e Anderson (1983), cada um a seu modo, contribuíram com o debate acima delineado ao afirmarem que o nacionalismo moderno expressa uma identidade que é sustentada por determinadas comunidades e grupos sociais, por meio de sentimentos, motivações e ações comuns que são partilhadas. Determinados aspectos culturais, seja resultado de práticas tradicionais entre comunidades agrícolas ou daquelas presente a partir do desenvolvimento de meios de comunicação, imprensa e tecnologias de informação, são associados aos símbolos constituídos da nação e podem explicar a lealdade e a devoção expressas pelos membros da nação.

Uma segunda questão que é fundamental para a investigação do surgimento do nacionalismo relaciona-se com o processo que Anderson descreve como sendo responsável pela constituição dos elos imaginários da solidariedade humana. Não são poucos os autores que têm procurado mostrar que a construção destes elos não é resultado apenas de um encontro que se dá ao acaso entre diferentes formações culturais. Para muitos, ao reconhecimento de uma determinada identidade nacional corresponde a marginalização e discriminação de outras construções sobre esta mesma nação. Estariam envolvidos neste processo não só diferentes interesses, mas também diferentes formas de poder que seriam capazes de determinar as construções reconhecidas pela maioria (Gilroy, 1987; Hall, 1999; 1999-2000). Não é suficiente, portanto, assinalar que construções sobre a nação não são processos arbitrários e que enquanto memórias coletivas devem ser investigadas a partir de processos socioculturais. É importante ter em mente que estes processos se entrelaçam com diversas formas de disputa de poder, que não podem mais ser reduzidas à análise das estruturas clássicas de mediação de conflitos.

Memórias coletivas sobre uma nação são portanto constituídas por meio de um leque de formas e práticas culturais, das quais as práticas presentes nos museus são parte. No entanto, cabe observar que as instituições que denominamos “museus” são instituições diversas que contêm sentidos plurais. O significado maior de cada uma destas instituições dependerá de um conjunto de fatores que envolve a região, a política, a economia, os grupos envolvidos e a história da formação de cada uma delas. A partir desta observação, fica claro que qualquer estudo sobre os museus brasileiros precisa considerar as especificidades relacionadas a eles. De um modo geral, podemos afirmar que, ao serem comparados com museus em países europeus e norte-americanos, os museus brasileiros são instituições que não têm atraído um grande público. A vulnerabilidade destas instituições certamente relaciona-se com dois problemas mais gerais, presentes no país: o baixo nível de escolaridade e a fraca participação política da sociedade civil no controle das instituições sociais e democráticas (Dickenson 1994, Santos 2001b). Em outros trabalhos, procurei aprofundar alguns temas sobre a relação entre o público e os museus brasileiros (Santos 2001a, 2001b). Embora a pequena participação do público em museus que se voltam para a preservação de tradições culturais, ou mesmo a

participação indireta deste mesmo público, não seja o objetivo central deste texto, estes são aspectos sempre considerados, pois as narrativas analisadas são compreendidas enquanto resultado da dinâmica interna travada entre os diversos setores da população. É interesse deste *paper* mostrar que há alguns aspectos culturais importantes a serem considerados na constituição dos museus e suas narrativas que também são capazes de contribuir para a compreensão do comportamento do público visitante. Embora aqueles que visitem os museus brasileiros sejam as pessoas com maior nível de escolaridade e poder aquisitivo, um padrão de visitação que é similar ao de outros museus em todo o mundo, há, por parte dos brasileiros de um modo geral, mesmo aqueles de maior poder aquisitivo e detentores de maior capital cultural, um descaso importante pelos museus brasileiros. Além disso, observa-se um pequeno compromisso entre indivíduos pertencentes a diversos grupos sociais com as temáticas relacionadas a práticas de preservação cultural.

Este artigo será desenvolvido em três etapas. Na primeira parte, a constituição dos museus brasileiros será considerada concomitantemente à formação de museus em outras partes do mundo. A partir das últimas décadas do século dezoito, a abertura de coleções para um público amplo em instituições denominadas museus é um fenômeno histórico que se relaciona a processos de modernização de instituições e constituição dos estados nacionais. Como parte de um diálogo entre nações, os museus desempenham papéis complementares e entrelaçados. Os museus brasileiros inegavelmente voltaram-se para um público mais restrito, mas ainda assim são muitos os aspectos comuns entre estas instituições e aquelas que se formaram na Europa e nos Estados Unidos. As narrativas em torno do Museu Nacional guardam aspectos comuns com as de outros museus europeus, bem como particularidades. É meu interesse destacar que no Museu Nacional há uma combinação de coleções que são constituídas basicamente por objetos de antigas civilizações, por uma representação romântica da natureza e da população nativa e pelo silêncio sobre a população negra. A tentativa de representar o Brasil através de um elo com a tradição europeia, ainda sob uma perspectiva imperialista e englobadora, ficou restrita ao Museu Nacional em suas primeiras décadas.

Na segunda parte do artigo, analiso a predominância de museus de história natural na segunda metade do século dezanove, museus estes voltados para o estabelecimento de um discurso científico e universalizante, bem como as dificuldades que tiveram os cientistas brasileiros em transformarem estes museus em instituições legitimadas pelas demais nações. Por último, procuro mostrar que na virada do século, tanto as coleções que ressaltavam os elos com civilizações clássicas como aquelas abordagens científicas à natureza perdem seu prestígio. Analiso elementos relativos a aspectos políticos internos à nação, bem como a jogos de poder entre as nações, que permitem a diferenciação e hierarquização destas em um cenário internacional. É neste contexto que aponto a influência do positivismo na representação republicana da Nação, bem como os impasses vivenciados pelos museus brasileiros que se voltam para uma dimensão de tempo passado, enquanto a Nação assume como sua referência principal a valorização de realizações futuras.

II. A Constituição dos Museus Modernos

A criação de um mito de origem é fenômeno universal que se verifica não só em regimes políticos mas também em nações, povos, tribos, cidades. Com frequência disfarçado de historiografia, ou talvez indissolúvelmente nela enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginado, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. (Carvalho, 1990, p. 13-14)

Há sempre aspectos de continuidade e diferença no que tange à constituição de coleções. Krzysztof Pomian observou, em seu estudo sobre a história das coleções, que os responsáveis pela direção e organização dos museus, sejam eles quais forem, selecionam e organizam objetos que são retirados do contexto a que pertencem. Os objetos, portanto, sempre são possuidores de um conjunto de informações que não estão disponíveis para aqueles que os vêem. Além disso, as coleções, ao serem constituídas, atribuem prestígio àqueles que as possuem. Segundo o mesmo autor, os colecionadores Venezianos do século dezesseis já haviam percebido o papel político importante que suas coleções podiam exercer junto àqueles que circulavam pela cidade (Pomian, 1990).

Entretanto, interessa-nos aqui ressaltar os aspectos definidores das coleções que se constituem nos museus a partir do século dezoito. Como indica não só Pomian, mas uma série de pesquisadores, foi a partir de meados do século dezoito que os museus passaram a se caracterizar por serem instituições patrocinadas pelos Estados Nacionais, dedicadas a exibir suas coleções para um grande público e garantir com sua coleção, fosse ela constituída por objetos históricos, artísticos ou científicos, a representação da nação (Pomian, 1990; Bennet, 1995; Poulot, 1997; Duncan, 1997). O estudo dos museus brasileiros passa obrigatoriamente por uma análise comparativa entre estes e instituições similares ao redor do mundo. Os museus começaram a ser criados no Brasil ao longo do século dezanove, reproduzindo muitos dos aspectos que encontramos nos museus europeus da mesma época.

Pomian chama atenção para o fato de que uma das características dos museus europeus do século dezoito é a de que eles surgem como guardiões de coleções permanentes. Não só os museus modernos, mas as coleções de uma maneira geral, se caracterizam por selecionar objetos de um tempo ou de um território distante. Esta seria a dimensão que adquire a cultura quando separada do contexto cotidiano de relações sociais; ela possibilita a representação de valores que transcendem os significados inerentes a estas mesmas relações. Neste sentido, pode-se compreender que as coleções que são preservadas pelos museus passam a ser consideradas como provas da autenticidade seja do que acontece em culturas distantes, seja do próprio significado da arte ou da ciência. A condição de permanência destas coleções estaria vinculada ao fato de que os objetos seriam selecionados tendo como referência não apenas o colecionador e o momento presente, mas a ciência e gerações futuras (Pomian, 1990, p.44). Os objetos deixam de ser associados ao desconhecido, casual, privado ou temporário, e passam a ser considerados como autênticas e verdadeiras provas da existência ou de um passado ou de uma terra distante. A história que se associa a estas coleções perde o seu caráter de contingência e imprevisibilidade e volta-se para narrativas lineares e universalizantes.

Sabemos, através de vários estudos realizados sobre a concepção moderna de tempo e história, que a partir do século dezessete a concepção de tempo se autonomiza de experiências cotidianas de vida, passando passado, presente e futuro a serem organizados de forma

linear e que as idéias de história e utopia passam, neste novo contexto, a serem compreendidas em conjunto (Koselleck, 1985). Em que pese o reducionismo e a unilinearidade de muitos dos estudos sobre a passagem de sociedades tradicionais a sociedades modernas e pós-modernas, estes têm o mérito de apontar para as transformações nas percepções de tempo e espaço que, a partir do desenvolvimento, primeiro, de tecnologias e meios de comunicação resultantes da revolução industrial, e, segundo, de novas tecnologias de informação e processos mais generalizados de globalização, deixam de ser aspectos inerentes à vida cotidiana e tornam-se categorias abstratas. Modernistas e pós-modernistas chamam a atenção para a construção do tempo e do espaço. Enquanto alguns denunciam a ordenação linear de passado, presente e futuro, em grandes narrativas, segundo intenções e conflitos sociais, outros denunciam a “museificação da sociedade”, que seria um fenômeno indicador da total impossibilidade de conexão entre presente e passado (Hobsbawm, 1983; Samuel, 1994). Nas duas vertentes, há uma denúncia importante das formas de utilização do passado pelo presente.

Podemos compreender as coleções europeias que se constituem nos museus europeus a partir do século dezoito como sendo uma tentativa bem sucedida de atribuir permanência a uma determinada coleção de objetos através da universalização de sentido atribuída a cada uma delas. Carol Duncan (1997), em seu trabalho sobre os museus de arte, nos mostra não só que apenas alguns objetos do Ocidente alcançam inicialmente o status de obra de arte, e como tal o direito de serem contemplados esteticamente, enquanto diversos outros objetos são considerados apenas artefatos culturais. Mais do que isso, ela nos mostra que o Museu do Louvre, ao organizar as obras de arte de acordo com a história da arte, ordenou as obras do classicismo romano e do Renascimento italiano como estes fossem os antecedentes naturais do classicismo francês. Com isso o governo revolucionário francês formalizava mais uma vez a república francesa como sendo a autêntica herdeira da civilização clássica.

A celebração da República francesa bem como a do Império Napoleônico ocorreu simultaneamente ao enriquecimento das coleções presentes no Louvre. Não só os museus, mas também as bibliotecas, arquivos, jardins botânicos e jardins zoológicos, foram instituições criadas pelos novos Estados-Nacionais europeus como instituições pú-

blicas voltadas para o atendimento ao público. A abertura das coleções do Museu do Louvre à população, em 1792, pode ser considerada um marco no estabelecimento da definição de patrimônio moderno, garantidor da representação do novo Estado Nacional que se formava através de uma nova concepção de arte e cultura. As grandes coleções, anteriormente preservadas em antiquários e palácios, perdiam seus vínculos com critérios pessoais, sagrados e secretos e passavam a ser identificadas ao espaço público ilustrado das artes e do saber (Poulot, 1997). Mas discursos não são criados e inventados segundo apenas as intenções de alguns. Além dos conflitos internos presentes na construção de uma narrativa nacional, havia a necessidade de garantir à França seu lugar de herdeira natural da civilização ocidental, uma vez que os outros países europeus disputavam o lugar do principal herdeiro desta civilização. Durante o século dezanove, todas as grandes nações européias dedicaram-se a trazer para seus museus objetos da antiguidade clássica. Expedições arqueológicas francesas, inglesas, holandesas e alemãs invadiram a Grécia, Itália, Ásia Menor, Norte da África e regiões onde se localizavam as antigas cidades mesopotâmicas em busca das antiguidades clássicas. O Brasil do século dezanove era regido por uma monarquia européia e participou desta corrida.

O Museu Britânico foi fundado em 1753 por um Ato do Parlamento para abrigar uma importante coleção doada à nação, constituída por antiguidades gregas e romanas, objetos de história natural, desenhos e pinturas. Sir David Wilson, ex-diretor do Museu Britânico, nos diz que o museu foi fundado como um museu universal e mantém-se preso a este princípio até os dias atuais (Wilson, 1989; p.115). Ao reconstituir a história do museu inglês, ele assinala que foi a partir das incorporações dos objetos trazidos das civilizações clássicas que o museu assumiu a posição de liderança que tem hoje. O ex-diretor do museu, ao apontar com certa amargura que o dinheiro no mundo cada vez mais competitivo em que vivemos não pode ser considerado e que tem sido cada vez mais difícil competir com os museus dos Estados Unidos (Wilson, 1989; 95), apenas nos lembra que expedições colonialistas e tropas militares não são mais as formas utilizadas na constituição das grandes coleções contemporâneas.

St. Clair (1988), ao descrever o processo em que não apenas esculturas, mas blocos imensos, paredes do templo grego, Parthenon,

foram removidos para a Inglaterra, relata uma verdadeira disputa entre França e Inglaterra pela posse das antiguidades clássicas. Os embaixadores ingleses, ao tomarem posse de seus cargos nas colônias britânicas, se não tinham eles próprios grande reputação enquanto antiquários, levavam em suas comitivas artistas, arquitetos e conhecedores de obras de arte antigas, as quais eram compradas, ou mesmo saqueadas. Blocos arquitetônicos inteiros eram comprados ou negociados, por meio de tratados nem sempre muito claros, como foi o caso dos mármores do Parthenon, e levados para os museus que se ampliavam e redimensionavam seu espaço. O Museu do Pergamon, em Berlim, expõe templos e monumentos arquitetônicos inteiros comprados do Império Otomano, que pouca atenção dava às antiguidades, muitas vezes reduzidas a escombros. As obras de arte gregas e romanas, consideradas como ideais de perfeição, eram sistematicamente conduzidas aos museus europeus trazendo imenso prestígio às respectivas nações possuidoras dos tesouros.

Estes exemplos nos mostram como são fundamentais para a construção de elos de solidariedade os mitos que traçam linhagens temporais, sejam elas vinculadas a virtudes, religiosidade, língua ou costumes comuns. Os museus modernos europeus estabeleceram uma cronologia histórica linear e evolutiva como um dos aspectos das novas linguagens nacionais. Governantes e governados visualizavam-se nas vitrines montadas por cada nação. As diversas coleções, fossem elas de caráter antropológico, histórico ou artístico, foram ordenadas linear e evolutivamente de um passado mítico até o tempo presente de cada país. É importante observar, portanto, que os grandes museus europeus não se contentaram em constituir coleções com base apenas nas suas riquezas nacionais. Nos novos templos nacionais procurava-se mostrar não apenas a riqueza de cada nação, mas o poder de cada nação em mostrar as riquezas trazidas de outras civilizações como parte de sua história.

O primeiro museu brasileiro a seguir muitas das características acima delineadas foi o Museu Real. Este Museu foi criado em 1818, ou seja, na mesma época em que os grandes museus europeus se constituíam. Que riquezas tinha o Brasil para exhibir ao resto do mundo como parte de sua herança cultural? Que poder tinha o Império brasileiro em inserir a história do Brasil na seqüência evolutiva dada pela história universal? Poderia o Brasil fazer parte desta história como um dos herdeiros das antigas civilizações?

III. Museu Histórico Nacional: a incorporação da natureza à cultura

... Não fale a estas novas naturezas sobre as harmonias de Beethoven, sobre o gênio de Michel Angelo, ou sobre a beleza severa que as linhas da statuaire e da arquitetura oferecem: vocês não seriam compreendidos. O que lhes falta são os cobres sonoros, as madonas obesas, ... (Adolphe d'Assier, 1867, apud Carelli, 1993)

O trecho acima, retirado do livro “Le Brésil Contemporain”, de Adolphe d'Assier, mostra bem que no século dezenove os brasileiros não são considerados como capazes de herdar os valores da tradição europeia. Nos relatos dos primeiros conquistadores e viajantes europeus, a América era associada à sua natureza e aos índios, que eram descritos ou de forma romântica e idílica, como sendo o bom selvagem, o homem de natureza pura, ou como sendo criaturas inferiores, meio caminho entre os homens e animais. Em ambos os casos, ou seja, como seres da mesma raça portadores de valores primitivos ou como seres de raças distintas, os indígenas não eram reconhecidos como seres humanos produtores de uma cultura merecedora de ser conhecida em profundidade, e eram objetos de catequização ou destruição pelos europeus (Todorov, 1990). Além disso, para os viajantes, a riqueza da natureza dos trópicos era em grande parte responsável pela insipiência de seus habitantes, que levavam uma vida sem muito esforço e trabalho, sem produtividade agrícola e se satisfazendo com pouco. Havia um determinismo físico e natural sobre o caráter do povo brasileiro. Como construir uma nação a partir de uma colônia que vinha sendo descrita pelos cientistas por sua inferioridade em relação à raça e valores culturais da civilização ocidental? Para muitos, os indígenas eram aqueles que praticavam o canibalismo, andavam nus, e ignoravam as leis da religião cristã.

Muito se tem escrito sobre a formação da identidade nacional brasileira. Sabemos que durante o período imperial, ou pelo menos até a década de 70, o romantismo foi capaz não só de tornar idílico o indígena, mas também valorizar a natureza e celebrar a tradição europeia. Mais do que uma corrente literária, o romantismo pode ser compreendido como um movimento presente na representação do Brasil simultaneamente clássico, universal e particular. Corretamente,

historiadores destacam como os símbolos do Império a coroa, o manto e o cetro, e costuram elementos da natureza e dos habitantes primitivos da terra à tradição monárquica européia. É bem verdade que a imagem anterior de selvageria, presente em inúmeros relatos dos viajantes, parece ter sido invertida sem que houvesse qualquer preocupação com o reconhecimento das tribos nativas, que continuaram a sofrer diversos tipos de discriminação e a não terem direitos básicos, como o da terra, reconhecidos. Meu objetivo, no entanto, é chamar a atenção para o fato de que há, durante o Império, a tentativa de vincular a monarquia brasileira ao passado, ou seja, à tradição européia e à visão heróica dos indígenas, tentativa esta que se esgota com o fim do próprio Império. O passado está presente seja na idealização heróica dos guerreiros tupis e guaranis, seja no vínculo com as tradições monárquicas européias. A monarquia nos trópicos se constituiu a partir de um amálgama entre o velho e o novo mundo, construção esta que, como veremos, será desfeita no decorrer do próprio governo imperial.

Para os europeus, a maior riqueza do Brasil era sua natureza e não seu legado cultural. Não é surpreendente, portanto, o fato de o Museu Nacional ser criado como um museu de história natural. Sua coleção de diamantes e de amostras auríferas era uma de suas principais atrações (Netto, 1870). Segundo o decreto de D. João VI, de 6 de junho de 1818, o Museu Real foi criado para “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais”, os quais poderiam ser empregados “em benefício do comércio, da indústria e das artes” (Leontsinis, s/d). Provavelmente duas motivações conjugaram-se neste momento: o interesse demonstrado pela comitiva de naturalistas que acompanhavam a arquiduquesa austríaca e os interesses dos portugueses em explorar as riquezas naturais do Brasil.

Entretanto, o Museu Real, logo em seguida denominado Museu Nacional, aproximou-se muito dos museus europeus do período. O Museu Nacional reproduzia o discurso dos grandes museus europeus, ainda que em menores proporções. A constituição dos imaginários nacionais sempre envolve narrativas sobre origens, e para os articuladores do Império Brasileiro uma de nossas origens era sem dúvida aquela mesma que fundamentava as grandes potências européias. Durante o Império importantes coleções de antiguidades, que incluem as famosas múmias egípcias do museu, foram incorporadas ao acervo. Em 1826, o imperador Dom Pedro I comprou a Coleção Fiengo para

o Museu, que era constituída de estelas, sarcófagos, múmias, vasos e objetos diversos. Segundo catálogo do Museu Nacional (Kitchen, 1990), a maior parte do acervo egípcio do Museu Nacional chegou ao Museu antes de 1844 e é tão respeitável quanto muitas coleções da Europa e mais velha do que a maioria das existentes na América do Norte. É provavelmente o mais antigo e o mais importante acervo da América do Sul. Outro importante acervo chegou ao Brasil em 1853, com a Imperatriz brasileira Tereza Cristina, princesa da dinastia italiana dos Bourbon, que trouxe com ela mais de 700 peças arqueológicas distribuídas, entre outros, em vasos de cerâmica, estatuetas de terracota, e objetos de bronze provenientes de escavações realizadas em sítios arqueológicos italianos, como os de Herculano e Pompéia. O Museu tinha no seu acervo também objetos doados pela família imperial e nobres da corte, como mobílias, medalhas, quadros e estampas, antiguidades romanas, egípcias, e, ainda, alguns modelos de máquinas industriais. Uma de suas seções chamava-se “Numismática, artes liberais, arqueologia, usos e costumes das nações antigas e modernas”.

A tentativa do Império brasileiro de unir o velho e o novo mundo não se realizou sem conflito. No relato dos diversos viajantes do período e em pesquisas históricas aparece freqüentemente a crítica à tentativa brasileira de imitação dos europeus. Os costumes europeus não influenciavam os hábitos dos brasileiros, eles aqui tornavam-se cópias grosseiras do que era “autêntico” em práticas e costumes. A cópia não obtinha legitimidade; ela era considerada grotesca e fora de lugar, em outras palavras, *kitsch*. Em meados do século dezenove, por exemplo, o diplomata francês Maurice Ternaux-Compans escreve sobre a incapacidade da mulher brasileira de fazer uso corretamente da moda parisiense, considerada como critério de elegância, pois seriam exageradas e desprovidas de bom senso (apud Carelli, 1993, p.86).

A rejeição reiterada à “imitação” de hábitos, costumes, normas e instituições não deixa de ser interessante, uma vez que as nações européias imitaram na arte, na cultura e na política o legado deixado pelas civilizações anteriores. O historiador Carl E. Schorske, ao analisar a construção dos museus de arte e de história natural em Viena, os quais, segundo ele, além de representarem uma extensão do poder imperial, propiciavam um elo entre a monarquia e a nova elite, ou seja, entre a tradição e a modernidade, assinala como os liberais austríacos se voltavam para a cultura clássica na busca de elementos simbólicos

(Schorske, 1998, p.105-125). Se prestarmos atenção aos grandes museus europeus, vemos que quase todos eles têm grandes colunas gregas em sua arquitetura. A imitação em si mesma não é negada ao longo da história, pois ela é compreendida como fonte de aprendizado e parte integrante do desenvolvimento da cultura. Mas se era garantido aos europeus a utilização de formas gregas clássicas, do estilo gótico, renascentista ou barroco, em relação ao Brasil observa-se uma constante menção à impropriedade com que os brasileiros copiavam as tradições européias.

Muito embora, incessantemente criticada por ser autora de cópias e imitações grosseiras, a elite brasileira, instruída nas capitais européias, não abriu mão de se considerar parte da civilização que se dizia herdeira de Beethoven e Michelangelo. O Império brasileiro procurou legitimar-se através do elo com a tradição européia e esta tentativa pode ser bem observada na constituição do acervo do Museu Nacional. Este último, entretanto, não conseguiu manter uma narrativa que, como no caso europeu, reunia o legado das civilizações antigas a objetos que representassem o desenvolvimento artístico e industrial do país. Este fracasso relaciona-se em parte ao enfraquecimento das próprias narrativas que deram sustentação ao Império brasileiro.

Construir um Brasil que tivesse continuidade com a Europa e suas tradições, tarefa ridicularizada na Europa durante todo o período Imperial, tornara-se uma tarefa praticamente impossível. É compreensível, portanto, que os dirigentes do Museu Nacional, bastante influenciados por teorias evolucionistas do final do século, abandonassem seus discursos universalizantes e se voltassem cada vez mais para a investigação do que fosse específico da nação. O Museu Nacional deixava de ser aquele que organizava e ordenava os objetos da história da humanidade, na qual se inseria o Brasil. No entanto, a instituição nunca perdeu totalmente este caráter único de tentar organizar o mundo a partir de um olhar imperialista. Ao voltar-se para a história natural e para a antropologia, o Museu continuou a procurar relacionar o que era brasileiro ao que existia em outras partes do mundo. O Museu Nacional foi o museu brasileiro que procurou constituir coleções que abrangessem espécimes encontradas tanto no Brasil quanto em diversas partes do mundo. Os demais museus brasileiros de história natural voltavam-se para a constituição das coleções de amostras regionais. De alguma forma o discurso universalista ou

metropolitano, como o denomina Lopes, mantinha-se, mesmo em se tratando de história natural (Lopes, 1997).

No entanto, o discurso universalista que reunia as antigüidades de Pompéia e as múmias do Egito ao legado cultural do país desfazia-se e dava lugar a um discurso universalista restrito às riquezas naturais. Assim, as coleções de história natural se avolumaram a partir de meados do século dezenove, remetendo as demais coleções para um plano secundário. O Museu Nacional, por volta de 1870, já se identificava com o rigor científico dos especialistas da história natural. Na virada do século, não se compravam mais antigüidades clássicas, o interesse pelas civilizações distantes diminuía drasticamente e as múmias egípcias tornaram-se a partir de então relíquias que mais parecem objetos de curiosidade.

É interessante observar que as coleções iniciais do Museu Britânico consistiam de obras de arte da antigüidade clássica, objetos de toda sorte doados pela elite britânica, mas também de exemplares da história natural. No Museu Britânico, os discursos sobre natureza e cultura se especializaram e se separaram. Por volta de 1880, os objetos relacionados à natureza que se encontravam no Museu Britânico foram transferidos para o recém-criado Museu Britânico de História Natural. O século dezenove é o século da consolidação das ciências da natureza. Nem sempre os discursos sobre natureza e cultura se separaram. A manutenção de coleções ecléticas como as do Museu Nacional ainda pode ser observada em cidades européias. Há diversos museus que ainda hoje são constituídos por obras de arte, mobiliário em geral, objetos de antigas civilizações, coleções de mineralogia, espécies botânicas e animais. O acervo do Museu de Manchester, por exemplo, é constituído por objetos oriundos do Egito antigo, objetos de numismática, artefatos de povos africanos, asiáticos e americanos, e, também, por coleções de botânica, zoologia, mineralogia e geologia. Estas últimas coleções tiveram como origem antigas coleções da Sociedade de História Natural, de 1821, e da Sociedade de Minas e Geologia, de 1850. Em 1867, as coleções passaram a ser responsabilidade da Universidade, que as incorporou às demais. Foi construído em Manchester um prédio para abrigar o museu nos moldes do Museu Britânico. Foi nomeado o arquiteto do Museu de História Natural de Londres para desenhar o novo prédio e o museu foi aberto ao público em 1885. O Museu Real, em Edimburgo, tem uma história parecida.

O museu foi fundado em 1854, incorporando as coleções de história natural da Universidade de Edimburgo. Este museu tem ainda hoje em exibição objetos de arte de civilizações antigas, moedas e objetos diversos da Europa, como também fósseis e animais empalhados de todo o mundo. É interessante observar que muitas vezes associavam-se a estas coleções, modelos de máquinas industriais, que exemplificam o progresso de cada país. Diferentemente do caso brasileiro, havia, como ainda há, uma certa lógica a alinhar de forma clara estas diversas coleções. Ao desenvolvimento evolutivo do mundo da natureza, associava-se o desenvolvimento da cultura e da técnica da civilização ocidental.

IV. Os Museus de História Natural

Com mágoa vê o conselho transporem de contínuo das nossas praias objetos de suma importância, que os tira o estrangeiro sem que deixem entre nós o menor vestígio da sua existência, e quando mais esclarecido de seus interesses quiser o país conhecer a história de seus tempos primitivos, terá de dirigir-se às grandes capitais da Europa para aí estudar estes preciosos documentos. (Serrão, apud Netto, 1870, p.84)

A associação entre múmias do Egito e coleções nacionais pode fazer sentido no Museu Britânico, no Museu Real da Escócia, ou mesmo no Metropolitan Museum of Art, em Nova Iorque, à medida em que objetos da antiguidade clássica representam a origem de um processo civilizatório que culmina com as realizações de cada uma das nações citadas. No Brasil, estes objetos também fizeram parte do projeto de construção nacional do Império. Entretanto, já em meados do século dezenove, mesmo o Museu Nacional, que mantém até hoje uma tentativa de colecionar objetos oriundos de todas as partes do mundo, modifica o rumo de sua trajetória ao voltar-se quase que inteiramente para o estudo do reino da natureza.

Não só o Museu Nacional, mas a maioria dos museus criados no Brasil ao longo do século dezenove, representavam fonte de amostras de riquezas naturais e espécies locais. Este foi o caso de museus como o Gabinete de História Natural do Maranhão, em 1844; o Museu Paraense, em 1866, que mais tarde tornou-se o Museu Paraense Emílio Goeldi; o Museu Paranaense, em 1875; o Museu Botânico do Amazonas, em 1883; e o Museu Paulista em 1894. Poucos foram os

museus que fugiram a este destino. Estes museus brasileiros não se interessavam em contar a história da nação, nem em colecionar as riquezas da humanidade, mas voltavam-se basicamente para a coleção de riquezas naturais existentes no território nacional. Neste período, o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi eram as três referências importantes na vida acadêmica e científica do país (Schwarcz, 1993).

É importante lembrar que desde o início da colonização, expedições de naturalistas e artistas, que tinham conhecimentos em cartografia, astronomia, botânica e zoologia, vinham ao Brasil procurando mapear as riquezas naturais do país. Alguns destes trabalhos foram publicados na Europa incentivando a organização de novas viagens exploratórias, as quais, no entanto, não eram bem vistas pelos portugueses que queriam manter o monopólio da exploração colonial. Após a ocupação dos holandeses no nordeste do país, durante o século dezessete, William Piso and Georg Marcgraf publicaram dois livros que foram fundamentais na formulação de um retrato mais detalhado sobre a flora e fauna brasileira para a Europa, *Historiae Naturalis Brasiliae* e *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*.

Parece ter sido, no entanto, a expedição dirigida pelo naturalista e explorador prussiano, Barão Alexander von Humboldt, aquela que maior impacto causou entre os cientistas da época. A viagem foi responsável não só pela descoberta de elementos importantes da natureza, como o nitrogênio, que é exportado para a Europa até os dias de hoje, como também por teorias científicas importantes para a época. Humboldt publicou uma obra monumental, *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent during the years 1799-1804*, que parece ter influenciado, entre outros importantes cientista da época, Charles Darwin. A famosa expedição Beagle ocorreu entre 1831 e 1836, e em 1859 foi publicada *A Origem das Espécies*.

Inúmeras foram as missões científicas européias que vieram ao Brasil coletar e classificar exemplares da flora e fauna locais. Contemporâneo de Darwin, e talvez o cientista mais importante do século dezenove a se opor à teoria da evolução por meio de seleção natural, Louis Agassiz também empreendeu entre 1865 e 1866 uma viagem ao Brasil, cujo relato foi publicado dois anos mais tarde sob o nome de *Viagem ao Brasil* (Agassiz, 1868/1975).¹ Agassiz é consi-

derado um dos mais importantes biólogos do século dezenove. Foi professor de história natural da Universidade de Harvard, bem como fundador e diretor do Museu de Zoologia Comparada, também de Harvard. Ele começou sua carreira acadêmica na Suíça através da publicação de um trabalho científico em que descreve fósseis de peixes, em grande parte oriundos da coleção brasileira do recém-falecido naturalista alemão Spix que, como mencionamos acima, estivera no Brasil por ocasião da criação do Museu Real. Outras duas expedições merecem ser lembradas. Em 1822, Augustin de Sain-Hilaire, que mais tarde tornou-se professor do Museu de História Natural de Paris, levou para a França famílias botânicas até então desconhecidas e centenas e milhares de espécies de pássaros e plantas. Há também a citar a expedição do barão George Heinrich von Langsdorff, cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, encarregada de descrever técnica e cientificamente as regiões do interior do Brasil. Apesar da morte e doença de vários de seus membros, foi capaz de remeter a São Petersburgo cerca de 60 mil espécimes de plantas.

Estas expedições estabeleceram a agenda científica do século dezenove. Paralelamente aos grandes museus nacionais, os museus de história natural adquiriam imenso prestígio na Europa novecentista como instituições científicas preocupadas em estabelecer sistemas taxonômicos perfeitos para a humanidade. O aspecto relevante a ser destacado é o de que o projeto de inventariar e ordenar as espécimes do mundo natural, seja segundo uma teoria evolutiva ou não, associava-se às tentativas de controle do mundo por parte das nações mais poderosas (Chartier, 1997, p.451-455).

A ciência ocupava um lugar de destaque no imaginário do século dezenove, pois ela permitia o controle do mundo físico, através da classificação e organização dos elementos da natureza. Pesquisadores e professores universitários eram também os profissionais dos museus de zoologia e história natural, que vinham em viagens científicas à América Latina investigar correntes oceânicas, magnetismo da terra, bem como novos exemplares da vida animal e vegetal. Os cientistas europeus viajavam para a América em busca de exemplares de fauna e flora até então desconhecidos procurando, inicialmente, dar seus nomes às novas espécies, classificá-las e, após a divulgação do trabalho de Darwin, estabelecer princípios sobre a evolução das espécies.

Apesar da grande concentração de museus de história natural no Brasil novecentista, estes não obtiveram muito sucesso nem mesmo na tarefa de representar as riquezas naturais da nação. É compreensível que os museus de história natural tenham tido dificuldade em legitimar seus discursos junto ao público local e estrangeiro. Em primeiro lugar, sabemos que os museus guardam o que é distante, seja no espaço, seja no tempo. Apresentar para o público local uma exposição que procurava representar a flora e fauna locais não trazia muito interesse, pois as coleções se remetiam ao que todos tinham contato cotidianamente em muito maior riqueza. Os nossos museus de história natural constituíam coleções extraídas basicamente do território geográfico em que se situavam. Ilustra bem esta situação o comentário de Agassiz sobre os museus brasileiros, os quais, segundo ele, não possuíam uma coleção verdadeiramente representativa das espécies naturais brasileiras. Agassiz sugere que melhores coleções de peixes seriam encontradas em um mercado local do que nos museus brasileiros de história natural (Lopes, 1997, p.100).

Em segundo lugar, os museus brasileiros de história natural não eram os principais articuladores do discurso científico, este, sim, capaz de dar um novo sentido às coleções expostas. Os cientistas que dirigiam os museus de história natural europeus disputavam entre si o privilégio de estabelecer teorias capazes de explicar a origem e desenvolvimento do mundo natural. Embora os museus brasileiros fossem fortemente influenciados por teorias evolucionistas, eles decididamente nem se constituíam como fortes concorrentes no estabelecimento destas teorias científicas, nem foram capazes de diversificar suas coleções no sentido de inserir o que era originário do Brasil em um discurso maior e globalizante. Os museus brasileiros se constituíram de forma a propiciar o acesso de estrangeiros à flora e fauna brasileiras. Esta não pode ser compreendida como uma opção sem conflitos. Por parte do Museu Nacional, havia a reclamação de que, apesar de o Museu contar com a “colaboração” dos demais estados e de o governo brasileiro oferecer apoio oficial aos naturalistas estrangeiros, havia enormes dificuldades em manter no Brasil até mesmo exemplares das espécies descobertas no Brasil. A denúncia daquele que foi diretor do Museu Nacional entre 1828 e 1847, Frei Custódio Alves Serrão, sobre suas dificuldades em manter coleções no Brasil é bem significativa e explícita um jogo de poder entre nações na constituição destas coleções. Muitas vezes,

os cientistas brasileiros não tinham conhecimento das descobertas que eram feitas no território nacional. O Museu via partir para Viena, França, Alemanha, Inglaterra, Rússia e também Estados Unidos centenas de produtos naturais, dos quais muitas vezes nenhuma cópia era conservada no museu. Não se competia com os museus europeus e norte-americanos mesmo no que dizia respeito à classificação e ordenação das espécies originárias do Brasil. Havia, ainda, conflito entre museus regionais e o Museu Nacional. Os diretores dos museus de história natural locais queixavam-se de que o Museu Nacional apropriava-se de seus acervos sem garantir retorno ou trocas substantivas.

Nos museus de história natural de países como França, Inglaterra e Estados Unidos, o estabelecimento do discurso científico não se dissociava da tentativa de legitimação dos mesmos através da abertura de exposições amplas. O American Museum of Natural History, por exemplo, atraía já no início do século milhares de visitantes. Este museu inseria coleções imensas de animais empalhados em narrativas evolutivas, e através do uso de tecnologias inovadoras para a época, reconstruía ambientes e diversos habitats naturais através de dioramas. Embora o compromisso com a tarefa de educar e atender o grande público variasse de instituição para instituição, este acompanhava a dinâmica interna de cada país no seu processo de formação e legitimação de narrativas nacionais. Os museus de história natural não eram apenas instituições que abrigavam o discurso científico, mas associavam estes discursos ao uso de mapas com indicações geográficas e de técnicas expositivas capazes de traduzir para o público da melhor forma possível o que consideravam importante.

Embora museus de ciência e suas galerias da evolução tenham passado a fazer parte do aparato educativo de cada nação, no Brasil, grande parte dos museus de ciência se mantém presa a narrativas passadas, sendo incapazes de atrair um grande público. Nas primeiras décadas do século vinte, os três museus citados como sendo os mais importantes encontraram dificuldades e entraram em declínio. O Museu Nacional, como museu de ciências, foi incapaz tanto de acompanhar o desenvolvimento do discurso científico, quanto de voltar-se para uma tarefa educativa de forma significativo. Embora a taxonomia não seja mais o alvo principal das ciências biológicas há mais de um século, é ela que preside a apresentação das coleções de

animais, insetos e parasitas do Museu Nacional ainda hoje. Nome do descobridor e ano de classificação são as informações que o público obtém em relação a séries inumeráveis de insetos e vermes. De emblema da nação, o museu transformou-se em academia de ciências e, logo depois, em gabinete de curiosidades. O público ainda hoje vai ao museu à procura das múmias do Egito, mas estas não se inserem em qualquer discurso que faça sentido. Da mesma forma as exposições de animais empalhados, esqueletos, insetos e demais exemplares da história natural atendem pouco às demandas do público atual. Estão lá para causarem espanto e admiração como se fizessem parte ainda de coleções pré-modernas.

O Museu Paulista foi incorporado pela Universidade de São Paulo e é hoje um importante e bem cuidado museu. Entretanto, ele especializou-se e tornou-se um museu da história de São Paulo. Os objetos de história natural foram transferidos para o Museu de Zoologia e os objetos etnográficos para o Museu de Arqueologia e Etnografia, ambos também parte da Universidade de São Paulo. Interessante observar que o Museu foi, como é até hoje, conhecido como Museu do Ipiranga, em associação ao episódio do grito do Ipiranga por ocasião da independência do Brasil de Portugal. No 7 de setembro, paulistas de todo o Estado fazem peregrinação aos parques do Museu. O prédio, que foi erguido como um monumento pela elite paulista, é associado pelo público a uma antiga moradia seja do Imperador Pedro I ou a alguma de suas amantes. A distância entre as propostas tanto dos cientistas do passado quanto dos historiadores do presente com a imagem representada pelo museu indica alguns dos problemas que têm os museus em relacionar-se com seu público. Em suma, apenas o Museu Goeldi teve sucesso em manter-se em sua tarefa de decodificar o mundo da natureza para a nação e para o mundo, o que, sem dúvida, se deve ao fato de que seu objeto, a floresta Amazônica, por ser extremamente fechada e inóspita até hoje, necessita de um entreposto que facilite a exploração e classificação.

V. A fusão entre natureza e cultura

Sem dúvida o Brasil tem grandes recursos naturais, o sol só faz contribuir para uma maior produção, mas será que o papel que esta raça portuguesa degenerada gostaria de desempenhar estaria sob controle?

Sans doute le Brésil a de grandes ressources, le sol ne demande qu'à produire; mais le rôle que voudrait jouer cette race portugaise dégénérée est-il bien à la mesure de ses forces? (Luis de Chavagnes, 1844, apud Carelli, 1993, p.83)

... tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvajeria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada. Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens inoportunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria. (Spix e Martius, 1817-1820/1972, p.41-2)

Como vimos, o Museu Nacional em suas primeiras décadas expressa bem a intenção do Império Brasileiro em procurar inserir o Brasil na tradição civilizatória que se consolidava na Europa. Suas coleções eram constituídas tanto por objetos da antiguidade clássica como por aqueles representativos da natureza do país. No entanto, à medida que movimentos abolicionistas e republicanos fortaleciam-se, a tentativa de manutenção de vínculos com tradições européias tornava-se impossível. A partir dos anos 1870, os antigos escravos tornavam-se cidadãos, e com isso os negros, até então ignorados pelas elites imperiais, passavam a ser parte integrante da nação. Neste contexto, podemos compreender os impasses dos discursos que se voltam para a construção de uma identidade nacional no final do Império e início do período republicano e que foram bastante enfatizados não só por historiadores, como por estudiosos do problema racial no Brasil.

Teorias evolucionistas que hierarquizavam raças e culturas tornavam-se predominantes e influenciavam lideranças nacionais. Ao longo da segunda metade do século dezenove, às expedições dos naturalistas foram se somando aquelas dos antropólogos e dos etnólogos, que procuravam esqueletos e objetos representativos das culturas primitivas. O livro de tombos da seção de antropologia biológica do Museu Nacional tem em seu registro as seguintes categorias de esqueletos e

crânios: “animais”, “seres humanos”, “indígenas brasileiros”, “negros”, “negros africanos”, “mestiços”, “estrangeiros” e “não identificados”. Esta classificação coloca indígenas, negros e mestiços em uma categoria à parte dos humanos. Observa-se ainda nesta classificação que “negros” são diferentes de “negros africanos” e que a categoria “mestiço”, que será consagrada após os anos 30 para indicar o amálgama de raças, já está presente. Por “estrangeiros” compreendem-se os esqueletos de negros e nativos de outras áreas e continentes. Enquanto teorias evolutivas separavam e hierarquizavam esqueletos de diferentes raças e culturas nos museus, teorias racistas exerciam grande influência sobre a elite intelectual e política do país em medidas que envolviam enorme poder de discriminação contra os não brancos.

A antropologia física com seus estudos comparativos de crânios e esqueletos de seres humanos, bem como a antropologia cultural que associava características culturais a diferenças raciais, consolidavam a idéia de que a uma evolução das espécies corresponderia uma evolução de raças e culturas. Estas teorias prestigiadas nos museus de história natural estavam também presentes entre os dirigentes políticos e representavam enormes impasses na consolidação de uma representação nacional. A sociedade brasileira era descrita por europeus como sendo incapaz de incorporar os valores de uma sociedade trabalhadora, honesta, respeitável, e amante das artes. A crítica dos europeus deixava de recair sobre os indígenas, estes já afastados dos grandes centros urbanos e tornados objetos de estudo. Apontava-se tanto a natureza degenerada da raça latina, como a natureza inferior dos africanos, os quais, com suas danças indecentes e costumes primitivos, eram incompatíveis com os europeus e seus “costumes delicados”. Não só os negros, mas também os nativos e latinos eram muitas vezes considerados entre as raças degeneradas. Que mito de origem poderia ter uma nação constituída majoritariamente por raças consideradas inferiores?

Os mitos de origem criados durante o Império baseavam-se em tradições antigas forjadas tanto por elementos europeus como americanos. A ponte entre o novo e o velho continente ruiu junto com o próprio Império. Os mitos de origem constituídos a partir do estabelecimento do novo governo republicano remontavam apenas à chegada dos europeus ao continente americano, e o legado cultural brasileiro passava a se restringir ao que poderia ser realizado nos limites

do território nacional. José Murilo de Carvalho, em uma análise extremamente competente sobre o processo de constituição dos símbolos da República, analisa as visões conflitantes existentes entre jacobinos, liberais e positivistas, e ressalta dois aspectos que gostaria de desenvolver: a importância do positivismo na construção do imaginário republicano, e a ausência do mito de origem, segundo ele, imprescindível às construções das historiografias nacionais, no estabelecimento da República (Carvalho, 1990).

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que, embora Auguste Comte tenha influenciado um grupo enorme de intelectuais e correntes teóricas em todo o mundo, sendo não só o criador da palavra sociologia, como o defensor do estudo da sociedade a partir da observação e experimentação, foi apenas no Brasil que sua doutrina se tornou doutrina de Estado, ou seja, tomou o poder. A importância de um de seus seguidores, Benjamin Constant, não só nos eventos que levaram à proclamação da República, como também na formação dos oficiais das Forças Armadas brasileiras, é bem conhecida. Na Revista do Clube Militar, publicada em 1997, encontramos um manifesto dos militares positivistas defendendo a tradição positivista, desde seus primórdios, com menção até mesmo à vitória da exército republicano sobre os rebeldes de Canudos. O Clube Positivista tem sede, ainda hoje, no Rio de Janeiro, considerado pelos seus membros como sendo a capital mundial do positivismo, como também em Curitiba e Porto Alegre, com sessões públicas semanais. A Igreja e o Apostolado Positivistas foram criados no Brasil por Miguel Lemos e Teixeira Mendes em 1881, permanecendo atuantes até os dias de hoje. Em nenhum outro lugar do mundo, Auguste Comte deixou discípulos capazes de constituir tal aparato institucional. Nem mesmo na França. Como compreender esta presença marcante do positivismo entre os novos símbolos da república brasileira?

Em *Système de politique positive ou Traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité*, obra publicada entre 1851 e 1854, que, aparentemente, grande influência teve no Brasil, e a partir da qual procurarei trabalhar em meus comentários, Comte descreve a sociologia como sendo constituída pela sociologia estática, que responderia pelos sistemas sociopolíticos existentes e geraria a ordem; e pela sociologia dinâmica, capaz de descrever os três estágios do conhecimento (só acrescentaria o quarto estágio posteriormente) e

gerar o progresso. A ciência, em outras palavras, o conhecimento absoluto, seria a síntese entre ordem e progresso.

Tal como o ideário romântico do século dezenove, Comte pensava os homens através dos seus laços afetivos e não egoístas. Criou a palavra *altruisme* para designar os impulsos positivos que seriam capazes de neutralizar impulsos egoístas na constituição de uma unidade política e moral. Segundo ele, ainda, a unidade política e moral fundava-se na superioridade da mulher em sua afetividade e capacidade de constituir a família. Para a elite dirigente de uma sociedade de fortes tradições patriarcais, descrita pelos seus laços de pessoalidade, cordialidade e familismo, estas crenças não constituíam qualquer obstáculo. A doutrina que pregava a evolução histórica do conhecimento até sua perfeição negava, ainda, que a liberdade pudesse ser compreendida como resultado da resolução de interesses e conflitos, uma vez que ela deveria ser compreendida como submissa às leis científicas presentes na história. Os positivistas rejeitavam as revoluções sociais, pelas rupturas que estas ocasionavam na evolução natural da história, mas não eram contra as guerras responsáveis pelo estabelecimento da ordem. As palavras “ordem” e “progresso”, que passaram a fazer parte da bandeira nacional, adaptam-se bem à crença de que o brasileiro é um povo pacífico e avesso às revoluções.

Apesar de não aceitar a competitividade e o interesse como valores a serem respeitados, Comte partilhava com liberais uma concepção moderna de tempo e postulava uma filosofia da história que tinha como base o progresso da ciência. Ele era radicalmente contrário à crença de que a explicação das sociedades contemporâneas pudesse ser encontrada no estudo particular de suas origens ou nos seus processos constitutivos. Mas sua filosofia da história também se distanciava daquela que procurava leis fundamentais sobre o desenvolvimento material da humanidade. Para Comte, a história deveria tornar transparente a evolução do conhecimento científico, desde a teologia até o conhecimento absoluto.² Comte recriou um novo calendário para a marcação do tempo, com base em uma filosofia “religiosa” da história, que revelava a evolução do conhecimento da humanidade em três fases: teologia, metafísica, ciência. Mais tarde, acrescentou uma quarta, a política moral. Seus discípulos, no Brasil, fazem uso deste novo calendário até os dias de hoje.

Como o positivismo se desfazia de culturas e tradições em nome do progresso da ciência, ele pregava a igualdade de todos os cidadãos perante à lei, sem qualquer distinção em relação à cultura e raça. Como vimos, não poderia haver melhor doutrina para os novos idealizadores de um Estado que era dito ser constituído por povos degenerados. Ainda que práticas racistas se mantivessem, elas se davam em função do estabelecimento da ordem e não tinham uma lei legitimadora da diferença. A raça não se constituía mais um problema na construção de uma nação forte. O positivismo resolveu grande parte dos impasses envolvidos na construção de uma identidade nacional, sendo um deles resolvido pela eliminação de tradições culturais. A razão e a política moral não dependem de um conteúdo histórico que se constitui a partir de experiências passadas, mas sim da possibilidade da revelação da evolução deste passado no seu caminho para a ordem e progresso.

O mito de que há democracia racial no Brasil caminha junto à crença no branqueamento da raça negra pelo processo de miscigenação. Gostaria de chamar a atenção para a afinidade entre teorias positivistas que desvalorizam tradições passadas em função de um processo progressivo de aperfeiçoamento humano e teorias do branqueamento, que também desqualificam tradições passadas e a condição do presente em função de um aperfeiçoamento futuro. As diferenças entre raças serão resolvidas não com a celebração do mestiço, mas com a celebração do mestiço que se embranquece e elimina a herança negra. Há também neste mito uma desvalorização do passado e do presente em função de uma realização futura. No Brasil a discriminação racial não foi estabelecida por lei, uma vez que todos os brasileiros são considerados iguais e com os mesmos direitos perante a lei. No entanto, a inclusão da população negra na sociedade não ocorreu em bases de igualdade. Há uma aceitação das raças consideradas inferiores à branca pela sua condição de “vir-a-ser” e não pelo que representam em termos de valores e tradições. Evidentemente é necessário que a aceitação da diferença ocorra não apenas através de uma inclusão mantenedora de hierarquias, mas de uma inclusão que envolva reconhecimento. Também em relação ao jogo político entre nações, há necessidade de um balanço entre inclusão e reconhecimento.

O positivismo permitiu que brasileiros almejassem o último estágio do conhecimento da humanidade, partilhando, portanto, de um status similar às demais nações européias, sem que precisassem das tradições culturais milenares em que estas se apoiavam. A evolução social baseava-se estritamente no desenvolvimento da razão e esta também não era considerada necessariamente um atributo racial. A necessidade de estabelecer o Brasil enquanto nação-irmã da França pode ser observada ainda hoje nos rituais positivistas celebrados em suas igrejas. O quatorze de julho, dia da Queda da Bastilha, foi adotado oficialmente no Brasil, comemoração que só foi abolida do calendário oficial anos mais tarde por Getúlio Vargas. Atualmente, os positivistas ainda cantam o hino da bandeira, considerado por eles como o hino nacional brasileiro, e a Marselhesa, hino nacional francês, na abertura de cada sessão. O hino nacional brasileiro não é aceito porque é um hino composto durante o Império. A reverência aos dois hinos representa, sem dúvida, uma tentativa de estabelecer os vínculos entre as duas nações.

Deve-se ressaltar, no entanto, que embora o positivismo seja de origem francesa foi no Brasil que ele criou suas raízes mais fortes e vinculou-se ao poder. O discurso positivista que legitima a nação brasileira nos moldes descritos nunca foi partilhado pelas demais nações. Na Europa, herança e tradição são elementos utilizados pelas nações em sua procura de garantia de prestígio e poder. Na América, embora os Estados Unidos tenham uma forma diferente de relacionamento com o passado, observamos que há a preocupação de manutenção dos vínculos entre o país e tradições culturais do passado. A valorização da herança cultural se faz presente em todas as questões sociais travadas na atualidade, bem como na constituição de monumentos culturais da humanidade. Além disso, esta é uma nação que inquestionavelmente valoriza acima de tudo o presente, os aspectos contingentes da vida cotidiana e uma atuação estratégica guiada pelo pragmatismo. O país do futuro, portanto, é um país que se legitima a si próprio sem que conte com o aval dos outros países a seu discurso legitimador, o que gera impasses e conflitos ao longo do tempo.

A tentativa republicana de vincular o Brasil à Europa constituiu-se, portanto, a partir de um discurso sobre a evolução da razão e sobre o “novo”, e foi este o discurso que possibilitou a nação em determinado momento reconhecer-se como parte do mundo civilizado.

A partir de então, o mito de origem tem como ponto de inflexão a chegada do europeu no território brasileiro. O lema “Brasil, Ordem e Progresso” confina o Brasil às realizações e empreendimentos conquistados no território brasileiro a partir da chegada do europeu a este território. Como o Brasil é associado ao país do futuro, os brasileiros podem aceitar a si próprios como participantes de um mundo incompleto e injusto, porque este se encontra em meio à marcha para o progresso. A falta de auto-estima pelo que são e representam é compensada pelo potencial de realizações futuras.

Eu procurei mostrar neste artigo como alguns mitos de origem foram apresentados pelos museus brasileiros novecentistas e como eles se relacionam com diversas representações de nação. Com a queda do Império, a República legitimou-se a partir da idéia de ordem e do progresso. A valorização do novo vai estar presente nos novos discursos e narrativas sobre a história encontradas nos museus republicanos. Os museus do século dezenove refazem suas narrativas ou caem no esquecimento do público. Nós ainda observamos atualmente uma forte desvalorização por antigas tradições, o que se reflete não só em um certo descaso pelos museus que se voltam para a preservação de objetos vinculados ao passado, mas também em uma indiferença coletiva frente à necessidade de preservação de patrimônios culturais.

Gostaria de ressaltar, no entanto, que a relação entre presente e passado não é simples. A Revolução Francesa tem sido considerada como responsável por uma das grandes rupturas de nossa época, mas mesmo assim muitos são os estudos que nos mostram os elos entre o Antigo Regime e a Revolução. Acompanhando uma série de movimentos políticos que se caracterizam por se basearem em políticas identitárias, movimentos afro-brasileiros têm procurado combater a discriminação racial a partir da busca de antigas tradições africanas. Procuram com isso reestabelecer vínculos culturais que extrapolam os limites territoriais e históricos estabelecidos pela data do descobrimento. Movimentos identitários ainda têm ocorrido à margem do apoio de instituições oficiais, que, como vimos pelas comemorações realizadas ao longo do ano 2000, continuam a privilegiar o 22 de abril e a união de brancos, negros e índios como sendo os elementos constitutivos da nação. O resgate de tradições passadas é, sem dúvida, fruto de conflitos e propostas geradas no presente. Ainda assim não é possível dizer que

sejam meras invenções do passado. Não há um passado único, pois todo ele envolve idéias, valores e comportamentos do presente, e é justamente este entrelaçamento contínuo entre presente e passado que precisa ser considerado. Museus, como tantas outras instituições brasileiras que se inspiraram nos modelos europeus, parecem ser instituições fora do lugar, abandonadas pelo público e com discursos anacrônicos. Novamente podemos afirmar que estas são construções do passado que não são apenas construções arbitrárias do presente. Antigas tradições retornam, embora não sob formas concretas e reconhecíveis. Assim, embora a nação brasileira tenha em um de seus mitos mais fortes uma orientação clara voltada para o futuro, o passado nele está presente e pode ser identificado seja nas narrativas que encontramos nos museus, seja na multiplicidade de movimentos sociais que procuram diferentes pontos de apoio para suas reivindicações, seja no dia-a-dia do brasileiro que reproduz hábitos e costumes como o cidadão de qualquer país que zele pela suas tradições.

Notas

- 1 Para uma descrição rica dos debates sobre o desenvolvimento estrutural ou evolutivo das espécies do mundo natural entre os cientistas que trabalhavam nos museus novecentistas na Europa e Estados Unidos, ver Blanckaert (1997).
- 2 Os positivistas enfatizaram a necessidade de separação entre a igreja e o estado, porque a teologia era considerada a etapa primitiva do conhecimento e não podia fazer parte do Estado. A Igreja dos positivistas é ainda hoje a Igreja da Humanidade. Apesar da forte presença da Igreja Católica no Brasil, a separação entre a Igreja Católica e o Estado foi decretado em janeiro de 1890, menos de dois meses após a proclamação da República.

Abstract. This article examines the construction of origin myths existing in the Brazilian museums, especially in the National Museum, and its relation with imaginary collectives that are constituted about Brazil during the Empire. It analyzes the Brazilian museums of nineteenth century, its relation with the European museums of the same time, as well as inherent elements to the Brazilian society. It tries demonstrate, the narratives formation in which classical traditions interlace with a romantic vision of the local nature; the emphasis in nature as source of scientific knowledge and, finally, a negligence for passed traditions and a valorization of the narratives guided for future achievements. The maintenance of the devaluation of the past contributes for the legitimation difficulty of the museums that come backed for the preservation of cultural traditions.

Resumé. L'article examine les mythes d'origine dans les musées brésiliens, spécialement le Musée National, en rapport aux imaginaires collectives au sujet du Brésil Impérial. Ils sont analysée les musées brésiliens dans le siècle XIX et les musées européen du même époque. Il s'agit démontrer qui la dévaluation du passée difficulté la légitimation des musées qui ont le but la préservation de les traditions culturelles.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined communities: reflection on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- AGASSIZ, L. & Agassiz, E. C. (1868/1975). *Viagem ao Brasil, 1865 1866*. Belo Horizonte, São Paulo: EDUSP.
- BENNET, Tony (1995). *The birth of the museum: history, theory, politics*. London: Routledge.
- BLANCKAERT, Claude et alii (1997). *Le muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: Editions du Muséum National d'Histoire naturelle.
- BOSWELL, David & Jessica Evans (eds.) (1999). *Representing the nation: a reader. Histories, heritage and museums*. London: Routledge.

- CARELLI, Mario (1993). *Cultures croisées: histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil de la découverte aux temps modernes*. Paris: Édition Nathan.
- CARVALHO, José Murilo (1987). *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHARTIER, Roger (1997). *Introduction in Blanckaert, Claude et alii (1997) le muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: Editions du Muséum National d'Histoire naturelle, p. 451-455.
- COMTE, Auguste (1854). *Système de politique positive ou Traité de Sociologie instituant la Religion de l'humanité*. Paris: Thunot.
- DICKENSON, J. P. (1994). "Nostalgia for a gilded past? Museums in Minas Gerais, Brazil". In: *Museums and the making of "ourselves": the role of objects in national identity*. London and New York: Leicester University Press, p. 221-245.
- DUNCAN, Carol (1997). *Civilizing rituals: inside public art museums*. London & New York: Routledge.
- GELLNER, Ernest (1983). *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell.
- GILROY, Paul (1987). *There ain't no black in the Union Jack*. London: Hutchinson.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos (1996). *A retórica da perda. Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC-IPHAN.
- HALL, Stuart (1999). "Culture, community, nation". In: Boswell, David & Jessica Evans (eds.) *Representing the nation: a reader. Histories, heritage and museums*. London: Routledge, p. 33-44.
- _____ (1999-2000). "Whose heritage? Un-settling 'the heritage', re-imagining the post-nation". *Third Text: Critical Perspectives on Contemporary Art & Culture*, 49, Winter, p. 3-15.
- HOBBSAWM, Eric & Terence Ranger (eds.) (1983). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KITCHEN, Kenneth A. (1990). *Catálogo da coleção do Egito Antigo do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

- KOSELLECK, Reinhart (1985). *Futures past: studies in contemporary german social thought*. Mass.: The MIT Press Cambridge.
- LEONTSINIS, Solon (s/d). “Fundação e evolução do Museu Nacional até 1889”, mimeo.
- LOPES, Maria Margaret (1997). *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- NETTO, Ladislau (1870). *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático.
- POMIAN, Krzysztof (1990). *Collectors & curiosities: Paris and Venice, 1500-1800*. Polity Press.
- POULOT, Dominique (1997). *Musée, nation, patrimoine (1789-1815)*. Paris: Ed. Gallimard.
- REVISTA DO CLUBE MILITAR. Ano LXX, n.º 333, fevereiro de 1997.
- SAMUEL, Raphael (1994). *Theatres of memory*. London: Verso.
- SANTOS, Myriam S. (2001a). “The new dynamic of blockbuster exhibitions: the case of Brazilian museums”. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 20, n.º 1, p. 29-45.
- _____. (2001b). “Brazilian museums: policies and public”. *Journal of Latin American Cultural Studies*, forthcoming.
- SCHORSKE, Carl E. (1998). “Museum in contested space: the sword, the scepter, and the ring”. In: Carl E. Schorske, *Thinking with history: explorations in the passage to Modernism*. New Jersey: Princeton University Press, p. 105-125.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1989). “O nascimento dos museus brasileiros”. In: Miceli, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP.
- _____. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, (1998) as barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

- ST CLAIR, William (1988). *Lord Elgin and the marbles*. Oxford: Oxford University Press.
- SMITH, Anthony D. (1999). *Myths and memories of the nation*. Oxford: Oxford University Press.
- SPIX, Johann Baptist e MARTIUS, Carl Friedrich Philip (1823-1831/1972). *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos/INL.
- TODOROV, Tzvetan (1990). *A conquista da América, a questão do outro*. Lisboa.
- WILSON, David M. (1989). *The British Museum: purpose and politics*. London: The Trustees of the British Museum.